

comissões

Finanças e Orçamento inicia debate sobre emendas ao Orçamento

Parlamentares defendem apresentação de relatório descritivo de investimentos

LUCIANA PODIESI – FOTO: VERA MASSARO

Por solicitação do deputado Luiz Claudio Marcolino (PT), a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento iniciou nesta terça-feira, 30/10, os debates em torno das emendas que a comissão apresentará ao Orçamento 2013 (PL 589/2012), em tramitação na Assembleia Legislativa desde o final de setembro.

Conforme o parlamentar, o Executivo concordou que o Orçamento 2013 seria regionalizado, mas não identificou a cidade, o valor e as obras a serem beneficiadas, dentro das regiões administrativas. O que, na opinião do parlamentar, facilitaria o trabalho fiscalizador do Legislativo paulista.

A CFOP apresentará 52 emendas de autoria coletiva sugerindo determinadas áreas para investimento. Todas as emendas podem ser acessadas no portal da Assembleia- www.al.sp.gov.br, link Propostas Emendas Orçamento 2013, no canto direito na tela.

Mauro Bragato (PSDB), presidente da CFOP, explicou que



Mauro Bragato



Deputados participam de reunião sobre o Projeto de Lei 589/12 e discutem acolhimento de emendas

a assessoria usou como base para a elaboração do documento os relatórios das 20 audiências públicas promovidas pela comissão. “A propósito, para o próximo ano, precisamos fazer adaptações, uma vez que em algumas cidades o público foi pequeno”, esclareceu Bragato.

Com objetivo de aprimorar as emendas a serem apresentadas, a comissão se reunirá extraordinariamente na próxima terça-feira, 6/11, às 10h. Os deputados

da bancada do PT defendem que a CFOP apresente relatório descritivo dos investimentos, “mesmo que o governador não acate as sugestões da comissão”, completou Marcolino.

Participaram da reunião Mauro Bragato, Maria Lúcia Amary e Cauê Macris (todos do PSDB), Simão Pedro, Luiz Cláudio Marcolino e Enio Tatto (todos do PT), Estevam Galvão (DEM), Regina Gonçalves (PV), Luciano Batista (PSB) e Vitor Sapienza (PPS).

Alterações na Estação Jureia-Itatins serão debatidas por grupo de trabalho da comissão

Moradores e técnicos serão ouvidos na elaboração de emenda aglutinativa ao PL 60/2012

MONICA FERRERO – FOTOS: ROBERTO NAVARRO

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa reuniu-se nesta terça-feira, 30/10, para deliberar sobre sua pauta. Dentre as matérias aprovadas está o Ofício BT 275/2012, do presidente da comissão, deputado Beto Tricoli (PV), que propõe a criação, na comissão, de um grupo de trabalho para elaborar emenda aglutinativa ao PL 60/2012, do Executivo.

A propositura altera os limites da Estação Ecológica Jureia-Itatins, institui um Mosaico e Unidades de Conservação e altera os limites da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Sul, entre outros objetivos.

Tricoli esclareceu que a sugestão de criação do grupo foi de José Zico Prado (PT), para que moradores, técnicos e ambientalistas possam debater o PL 60/2012, colhendo

subsídios para a emenda e serem levados ao Colégio de Líderes. Após convidar os deputados da comissão para participar do grupo, Zico sugeriu que essa reunião ocorresse às 10h, do dia 6/11.

Foram aprovados pela comissão os pareceres dados a quatro projetos de lei, entre eles o 333/2012, de Reinaldo Alguz (PV), que proíbe o lançamento direto em água doce de efluentes resultantes de processo industrial que contenham corantes. Em deliberação conclusiva, foram aprovados os PLs 84 e 168/2012 e as moções 51 e 65/2012.

Prerrogativa da Assembleia

“O governo estadual está atropelando a Assembleia”, disse José Zico Prado. Ele reclamou que a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional marcou audiência pública, no próximo dia 5/11, para debater o PL 604/2012. A proposta visa concessão de uso e

exploração do Recinto de Exposições Sálvio Pacheco de Almeida Prado e das áreas adjacentes, integrantes do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga, para a realização de feiras, exposições e eventos, e está tramitando em regime de urgência.

O presidente Tricoli também considerou que “o ritual está comprometido”, pois a realização da audiência pública deveria ter acontecido antes da entrega do PL ou antes de sua aprovação. Lembrou que apresentou requerimento propondo a realização dessa audiência na Assembleia, mas que sofreu pedido de vista na reunião de hoje.

Welson Gasparini (PSDB) afirmou que não há motivos de preocupação, pois não se está, no momento, abrindo licitação. Após discussão entre os parlamentares presentes, foi acolhida a sugestão dos deputados José Zico e Milton Leite Filho (DEM) de confecção de ofício à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional pedindo o adiamento da audiência pública e também que a questão fosse levada ao Colégio de Líderes.

Também participaram da reunião os deputados Sebastião Santos (PRB), Ana do Carmo (PT), Ed Thomas (PSB) e Célia Leão (PSDB). A íntegra das propostas pode ser consultada na página da Assembleia Legislativa – al.sp.gov.br – no link Projetos.



Beto Tricoli



Deputados da comissão debatem projetos em pauta